

# O “carrinho de mão” e suas designações no Centro-Oeste: algumas considerações sobre a relação rural/urbana

Luciene Gomes Freitas Marins\*

**Resumo:** Este trabalho discute aspectos da relação rural/urbano no vocabulário de falantes de grande, médios e pequenos centros urbanos, buscando, por meio da análise de referentes que permeiam o cotidiano, tanto do mundo urbano quanto do rural, identificar em que proporção características do meio ambiente interferem nas formas de nomeação de um mesmo elemento da realidade. Para tanto, foram analisadas as respostas fornecidas para a pergunta 52 do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) que apura designações para “um veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos”. A pergunta 52 motivou o registro de 07 variantes - *carro de ferro, carro de mão, trole, carroça, carrinho de ferro, carrinho, carriola e carrinho de mão*. Este estudo foi fundamentado nos princípios teórico-metodológicos da Geolinguística, da Semântica e da Lexicologia.

**Palavras-chave:** léxico rural/urbano; região Centro-Oeste; Projeto ALiB.

**Abstract:** *This work discusses aspects of rural and urban relation in the vocabulary of speakers from big, medium and small urban centers, seeking, through the related analysis that permeate everyday life, both the urban world and the rural, to identify the proportion that the characteristics of the medium environment interfere in the forms of appointment of the same element of reality. Therefore, we analyzed the responses provided from the question of the Semantic-Lexical Questionnaire Brazil's Language Atlas Project (Alib Project) which search designations for "a vehicle of a wheel, pushed by a person, for small loads short stretches." Question 52 motivated the record of 07 variants - iron car, wheelbarrow, trolley, cart, iron cart, cart, wheelbarrow and handcart. This study was based on theoretical and methodological principles of Geolinguistics, Semantics and Lexicology.*

**Keywords:** *rural and urban lexicon; Midwest region; Alib project.*

---

\* Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).  
[lucienefreitasmarins@gmail.com](mailto:lucienefreitasmarins@gmail.com)

## Introdução

Este texto selecionou como foco de discussão marcas da relação rural/urbano no português contemporâneo falado no Brasil Central, buscando identificar até que ponto características do espaço social e geográfico interferem nas formas de nomeação de um mesmo elemento da realidade. Para tanto, o trabalho analisa<sup>1</sup> as respostas fornecidas por habitantes da região Centro-Oeste para a pergunta 52 do Questionário Semântico-Lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) (COMITÊ NACIONAL, 2001, p.25) que apura designações para “um veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos”. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Geolinguística, da Semântica, da Lexicologia, da Sociologia rural e urbana e da Geografia Humana, este estudo busca analisar essa relação rural/urbano considerando que tanto as unidades léxicas tipicamente rurais como aquelas oriundas do processo de urbanização enriquecem o sistema da língua e deixam transparecer mudanças sócio-histórico-culturais que afetam um povo.

## 1 O português: uma língua de base essencialmente rural

Toda língua possui um acervo lexical que constitui a base para a construção do sentido de um texto. O léxico é aqui entendido como o acervo das palavras de uma dada língua e visto como o nível que melhor deixa transparecer elementos socioculturais de uma comunidade linguística.

Assim como defende Elia (1989), neste estudo, entende-se que a língua, além de estrutura (sistema em si), pode ser compreendida também como instituição, “pois as estruturas não surgem do nada; ao contrário, brotam das

---

<sup>1</sup> Os dados aqui discutidos são parte dos resultados obtidos na dissertação de Mestrado de Marins (2012) que investigou aspectos da relação rural/urbano no léxico dos habitantes da região Centro-Oeste. Para tanto, adotou a perspectiva do *continuum*, em que um elemento passa ser visto em relação ao outro e ambos compreendidos em grau igualitário de dependência, o que resulta numa visão rural/urbano/rurbano.

virtualidades psicofísicas do ser humano, histórica e geograficamente condicionado e inserido em determinado contexto social” (ELIA, 1989, p.5).

Dessa forma, a língua é concebida como um sistema heterogêneo que está sujeito a variações intrínsecas e extrínsecas. Acredita-se, em especial, que aspetos sócio-históricos interferem direta e indiretamente na articulação do sistema linguístico que, por sua vez, garante a formação e a heterogeneidade das línguas. No caso da língua portuguesa do Brasil sabe-se que “[...] o português apresenta todas aquelas liberdades e indecisões que caracterizam as línguas de base essencialmente rural” (CUNHA, 1977, p.67).

A origem do português ocorreu fora dos meios urbanos, tanto ao considerar a origem a partir da formação do galego-português (final do século XII no território peninsular) quanto ao levar em conta a formação da própria língua latina (originada na região central da Itália e falada por humildes camponeses). Isso porque, historicamente, a formação da língua portuguesa é resultado do contato do latim (modalidade Vulgar<sup>2</sup>) levado no século III a. C a Península Ibérica com os diversos dialetos dos povos peninsulares (celtas, iberos, fenícios, cartagineses, entre outros)<sup>3</sup>.

Após longos e conturbados contatos linguísticos entre o falar dos romanos com o dos povos peninsulares, o português foi sendo formado e, com o passar dos séculos, se constituindo – em virtude do próprio perfil dos povos que ali chegaram e das características da região – numa língua tipicamente rural. Esse português já marcado por traços de ruralidade é que foi transplantado, no século XVI, para o território brasileiro, onde em virtude da nova realidade sofreu novas alterações, como transformações de palavras; criação de neologismo de forma e de sentido; além de conservadorismos (arcaísmos) que garantem a herança da língua deixada pelo colonizador. De acordo com Carvalho e Nascimento (1970, p.12),

Efetivamente, a língua portuguesa, que entrou no Brasil no século XVI, fase do português arcaico, mesclou-se necessariamente do indianismo – substrato próprio do

---

<sup>2</sup> Latim Vulgar é entendido aqui na definição de Carvalho e Nascimento (1970, p.14), a saber: “a designação Latim Vulgar não conceitua uma língua, mas um conglomerado de falares de vários tipos”.

<sup>3</sup> Sobre esse assunto consultar, dentre outros autores, Carvalho e Nascimento (1970) e Hauy (1994).

nosso meio – o qual, depois de feita a separação da nossa sociedade pela independência política, pôde desenvolver-se livremente, causando grandes diferenças fonéticas e semânticas no Português do Brasil em face ao europeu.

Assim, em terras brasileiras o português falado pelo colonizador europeu teve contato com diferentes realidades linguísticas: (a) inúmeras línguas faladas pelos povos nativos; (b) variedades linguísticas dos escravos africanos que foram enviados ao Brasil como mão-de-obra, inicialmente, nos engenhos de cana-de-açúcar; (c) línguas maternas dos diversos grupos de imigrantes que se sujeitavam ao trabalho assalariado, sobretudo na primeira metade do século XX e (d), o falar rural entra em contato com a variedade linguística dos grandes centros urbanos, em virtude do desenvolvimento das cidades.

## 2 A questão do falar rural/urbano no português brasileiro

No que se refere às questões de ordem linguística, o processo de colonização, ocorrido no século XVI, favoreceu o contato entre o português europeu e as línguas dos povos nativos.

Nos dois primeiros séculos, a colônia era habitada basicamente pelos povos nativos, padres jesuítas e os portugueses que se ocupavam do controle da exportação do pau-brasil. O cenário era pacato, simples e rústico, caracterizando-se como um lugar tipicamente rural. No entanto, após o esgotamento desse tipo de madeira inaugura-se um novo ciclo de exportação, agora agrícola, o da *cana-de-açúcar*, o que contribuiu para que, do ponto de vista linguístico, o português falado tornasse uma variedade ainda mais rica, já que, com a implantação dos engenhos, são trazidos para o Brasil milhares de escravos africanos e com eles as suas línguas.

Além do fator linguístico, com a intensificação da produção da cana-de-açúcar também houve transformações no pacato território do Novo Mundo, a saber: a) construção novos engenhos; b) ampliação das casas-grandes e senzalas; c) construção de capelas e escolas, já que o interesse dos portugueses pelo Brasil cresceu, pois, segundo Antonil (1982 [1711], p.75), receber o título de *Senhor de Engenho* era a aspiração de muitos senhores “porque traz [ia] consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”.

Logo, a formação da sociedade brasileira pautou-se nos moldes das civilizações tipicamente rurais, marcada não apenas pelas relações de hierarquias entre classes sociais, mas, em especial, pelas práticas das atividades camponesas ligadas à exploração da terra. Os primeiros séculos do povoamento do território brasileiro, por exemplo, representaram um período de adaptação entre os moldes socioculturais do colonizador e dos nativos, enquanto o século XVIII destacou-se pelo aprisionamento dos índios para auxílio no serviço braçal e pelas entradas das primeiras bandeiras para o interior do País que provocaram o descobrimento de ouro e sua consecutiva exploração. De modo particular, esse ciclo econômico foi oportuno para a formação da sociedade brasileira, pois “quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” (RICARDO, 1970, p.229). Isso porque, além do contato interétnico, a entrada das primeiras bandeiras no interior do Brasil proporcionou uma nova maneira de se falar o português já resultante da somatória dos diversos contatos interétnicos: um português caipira nascido genuinamente no solo brasileiro.

O caipirismo era, pois, um fenômeno visto em todas as manifestações sociais do povo brasileiro, inclusive da parcela residente nas cidades, “[...] estas não podiam exercer maior influência sobre a evolução da língua falada, que, sem nenhum controle normativo, por séculos, voou com as suas próprias asas” (CUNHA, 1977, p.71), diferenciando-se, progressivamente, da norma utilizada em Portugal.

De acordo com Lucchesi (2004), o processo de formação do português falado no Brasil pode ser analisado pelo princípio da bipolarização, ou seja, por um dualismo normativo. De um lado, o uso da língua na modalidade popular, definido “[...] pelos padrões de comportamento linguístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social”; e, do outro lado, o uso da língua na modalidade culta “constituída pelos padrões de comportamentos linguísticos dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania” (LUCCHESI, 2004, p.87). A esse respeito o filólogo Antônio Houaiss (1985, p.89) já afirmara que, no final do século XVIII, quando a maioria da população portuguesa e brasileira era “[...] analfabeta e

falava o português vernáculo – isto é, o que haviam aprendido em casa”, já se percebia no território nacional a interferência do ambiente linguístico misto.

Em virtudes desses caminhos normativos, Castilho (1988, p.53) compreende que a “norma linguística” deve ser entendida pelo conceito amplo e pelo estrito. O primeiro refere-se ao fator de coesão social, correspondendo, portanto, à necessidade do grupo, enquanto o segundo diz respeito ao uso da camada de prestígio em virtude de razões políticas, econômicas e sociais. Dessa forma, pode-se dizer que no Brasil há duas normas linguísticas em competição, uma de uso popular e a outra de uso normativo padrão, ancorada numa visão ideológica de língua, em virtude de razões políticas, econômicas e culturais. A norma padrão ainda se aproxima do uso linguístico europeu, enquanto a norma popular reflete a fala, em especial do homem do campo, distante das forças modalizadoras e, portanto, conserva em maior grau o vocabulário vernáculo.

A influência da cultura do campo e dos modelos socioculturais da sociedade brasileira só foi sofrer alterações no século XIX quando a força do patriarcalismo rural passa a conviver com as tendências do capitalismo urbano. No século XX, por exemplo, o português falado no Brasil, ainda marcado por traços de ruralidade, sofre interferência modalizadora, em especial pelo fortalecimento dos meios de comunicação de massa.

Para sistematizar a análise da relação linguística sob o prisma da relação rural/urbano e, por extensão, como resultado dos diferentes processos de colonização, Bortoni-Ricardo (2005, p. 31-33) apresenta a perspectiva do *continuum de urbanização*<sup>4</sup> que, segundo a autora, resulta do contato do dialeto rural com a norma utilizada nas cidades, tendo se transformado em dialeto urbano de classes menos favorecidas. Conseqüentemente, o indivíduo na sua seleção lexical opta por substituir termos de cunho rural por outros essencialmente urbanos ou menos estigmatizados, o que propicia o surgimento da variante popular da língua portuguesa nas cidades brasileiras. A Figura 1,

---

<sup>4</sup> Bortoni-Ricardo (2005, p.40) estabelece três “contínuos” na tentativa de sistematização da relação rural/urbano: *continuum de urbanização*, *continuum de oralidade/letramento* e *continuum de monitoração estilística*. Essa classificação tem a finalidade de situar qualquer falante em determinado ponto. Para este estudo, consideramos apenas o primeiro, isto é, o *continuum de urbanização*.

elaborada com base na teoria de Bortoni-Ricardo (2005), ilustra a análise do português do Brasil na perspectiva do *continuum de urbanização*.

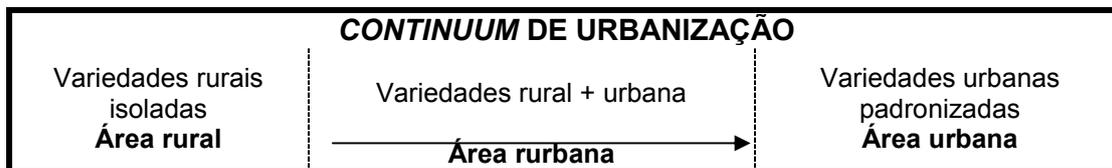


Figura 1: Ilustração do *continuum* de urbanização, segundo Bortoni-Ricardo (2005).

Fonte: Marins (2012, p.66)

Essa perspectiva de análise do português do Brasil considera a relação rural e urbana sob três dimensões assim distribuídas: num ponto do *continuum* têm-se as variedades rurais isoladas (área rural); no outro, as variedades urbanas padronizadas (área urbanas) e, no meio, situa-se uma zona intermediária dessas duas variedades (rural e urbana), nomeada por área *rurbana* (BORTONI-RICARDO, 2005).

Neste estudo, ao entender o *continuum* de urbanização no âmbito do léxico, oriundo das transformações sociais, considera-se também o uso do termo *continuum* de arcaísmo<sup>5</sup>, apresentado na tese de Paula (2007) para ratificar que, embora haja o surgimento de novos falares em virtude do processo de urbanização, há ainda usos antigos que permanecem no sistema linguístico de qualquer língua. Esses arcaísmos podem ser entendidos como heranças dos antepassados que, no estágio atual da língua, podem estar em vias de desaparecimento em virtude do surgimento de novas palavras, oriundas do novo cenário sociocultural decorrente, sobretudo, do processo de urbanização.

Enfim, os estudos voltados para ao falar rural propiciam pistas para a compreensão da história da língua portuguesa do Brasil, em especial no que diz respeito às suas características rurais. Nesse contexto, as pesquisas de

<sup>5</sup> O termo *continuum* de arcaísmo foi utilizado, neste estudo, na concepção utilizada por Paula (2007), na Tese de Doutorado, *Rastro de velhos falares – léxico e cultura no vernáculo catalano*. O uso desse termo neste trabalho tem como propósito compará-lo ao termo *continuum* de urbanização empregado por Bortoni-Ricardo (2005), visto que este estudo aborda tanto a temática do falar rural (arcaísmo) quanto a do falar urbano (urbanização).

cunho dialetológico e geolinguístico fornecem dados confiáveis para a compreensão dos mais diversos fatos linguísticos e suas realizações.

### 3 O léxico em uso na Região centro-Oeste: análise geossociolinguística

No conjunto dos itens lexicais recolhidos de entrevistas realizadas com 108 informantes de 24 localidades da região Centro-Oeste, foram catalogados seis itens lexicais para nomear o conceito expresso na pergunta 52 do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p. 25) que apura designações para o “veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos”.

#### 3.1 Análise das respostas para a questão 052/QSL/ALiB

Foram apurados os seguintes itens lexicais como resposta para a pergunta em questão: *carro/carrinho de mão*, *carricola*, *carrinho*, *carro/carrinho de ferro*, *carroça/carrocinha* e *trole* (Tabela 1).

Item lexical	Centro-Oeste (geral)	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Goiás
<i>Carro/carrinho de mão</i>	61,7%	66, %	42,8%	70,8%
<i>Carricola</i>	18,7%	19,6%	31,4%	8,3%
<i>Carrinho</i>	10,7%	5,3%	22,8%	8,3%
<i>Carro/carrinho de ferro</i>	3,6%	1,7%	2,8%	8,3%
<i>Carroça/carrocinha</i>	3,5%	5,3%	-	2,8%
<i>trole</i>	0,7%	-	-	2,8%

Tabela 1: Produtividade das denominações para “carrinho de mão” na região Centro-Oeste

Fonte: Banco de Dados do ALiB

#### 3.1.1 Dimensão diatópica

A designação *carro/carrinho de mão* foi a mais produtiva em todas as localidades da região Centro-Oeste (61,1%), tendo também tido preferência de

uso no âmbito de cada estado em particular. No Estado de Mato Grosso do Sul, diferentemente do ocorrido em Mato Grosso e em Goiás, a preferência pela unidade léxica *carro/carrinho de mão* competiu fortemente com o item lexical *carriola*. Embora a produtividade daquela se mantivesse superior, o uso desta alçou índice de produtividade significativo, sendo, inclusive, a variante mais mencionada em Ponta Porã (40%), em Coxim (42,8%) e em Paranaíba (80%). Isso demonstra que a depender do território investigado a vitalidade de *carro/carrinho de mão* é diferente, à medida que entra em competição com outras unidades léxicas.

O mesmo pode ser observado quanto ao uso da unidade genérica *carrinho* que, entre os sul-mato-grossenses, também foi uma das variantes mais mencionadas, disputando a preferência com *carro/carrinho de mão* e com *carriola*, o que não correu em Mato Grosso e em Goiás, onde *carrinho* obteve baixa produtividade.

Se por um lado, a unidade lexical *carrinho*, termo genérico, foi uma das respostas preferidas dos sul-mato-grossenses, por outro lado, a variante *carro/carrinho de ferro* teve maior relevância na fala dos goianos e o item lexical *carroça/carrocinha*, entre os mato-grossenses. Além disso, *trole* foi documentado como resposta única em Jataí, interior de Goiás.

Como síntese, o Gráfico 01, apresenta as ocorrências das duas unidades lexicais mais produtivas na região Centro-Oeste, considerando, para tanto, a diferenciação no percentual de ocorrência obtido nas capitais e nas cidades do interior.

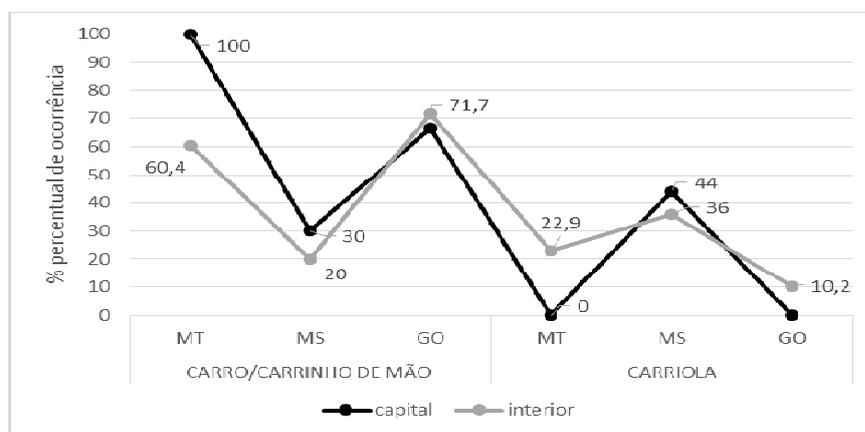


Gráfico 01- As duas primeiras designações mais produtivas na região Centro-Oeste, nas capitais e nas localidades do interior.

Nota-se que a unidade lexical *carrinho/carrinho de mão* não foi a mais produtiva em todas as capitais da região Centro-Oeste. Em Goiânia, a superioridade da vitalidade dessa variante não foi mantida em relação aos índices obtidos nas cidades do interior. É possível perceber que o uso da unidade lexical *carrinho/carrinho de mão*, embora com diferença mínima, foi maior nas cidades do interior. No entanto, pode-se dizer que ela faz parte da norma lexical tanto na capital como no interior. O mesmo não ocorre com a unidade lexical *carriola* que se manteve exclusiva apenas na fala dos entrevistados do interior de Goiás.

Resultado similar, com relação ao uso do item léxico *carrinho/carrinho de mão*, foi identificado no Mato Grosso. Na capital essa variante garantiu a preferência entre todos os entrevistados e nas cidades do interior obteve alto índice de resposta, o que evidencia o prestígio dessa variante entre os mato-grossenses. Já a unidade lexical *carriola*, assim como ocorreu no Estado de Goiás, foi produtiva apenas nas cidades do interior.

Já no estado do Mato Grosso do Sul foi identificado outro comportamento linguístico no registro de *carriola*. Essa unidade lexical obteve alta vitalidade tanto na capital como nas cidades do interior. Isso pode ter enfraquecido o uso de *carrinho/carrinho de mão* entre os sul-mato-grossenses. Enquanto *carrinho/carrinho de mão* alçou menor índice de produtividade tanto na capital como nas cidades do interior, *carriola* atingiu alto índice de registros nos dois espaços.

Enfim, de modo geral, observa-se que a variante *carriola* obteve maior produtividade em centros urbanos de menor porte. É possível que, por se tratar de um uso mais tradicional, *carriola* tenha se conservado, em especial nas cidades do interior.

### 3.1.2 Dimensão social

No que se refere ao perfil do informante, o estudo identificou uma tendência no uso das unidades lexicais *carrinho de mão* e *carricola* para nomear “um veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos”, ao considerar a variável escolaridade (Gráfico 02).

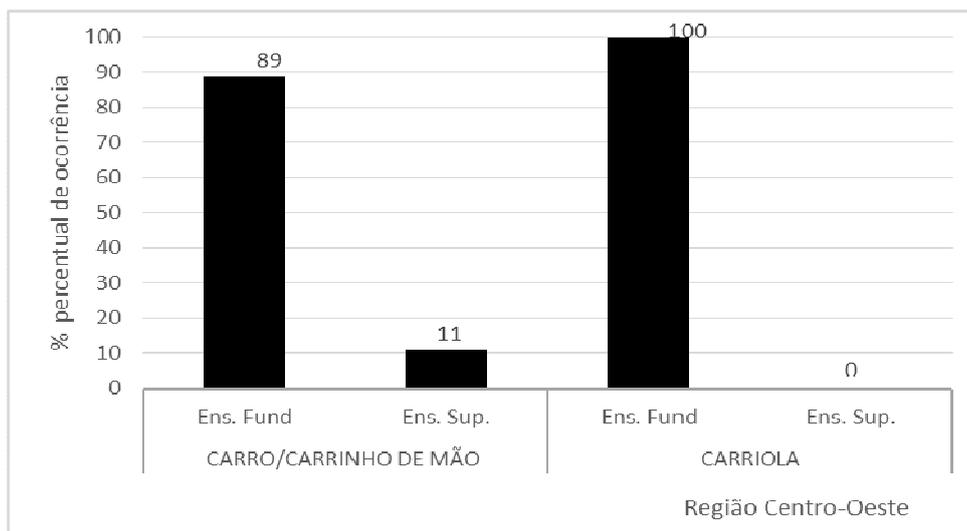


Gráfico 02 - Produtividade das variantes *carrinho de mão* e *carricola* na região Centro-Oeste, segundo o nível de escolaridade

Nota-se que o uso de *carro/carrinho de mão* na Região Centro-Oeste foi documentado entre falantes dos dois níveis de escolaridade. Embora, haja predominância entre os falantes com ensino fundamental, nota-se que o uso dessa variante também está se tornando norma entre os com ensino superior, o que não ocorre com a variante *carricola* que foi documentada apenas entre os informantes de ensino fundamental.

### 3.2 Dimensão léxico-semântica

Para fins de análise léxico-semântica, foi realizada a consulta das unidades léxicas em análise, tanto em dicionários da língua portuguesa mais antigos – Bluteau (1712-1728) e Morais (1813) –, quanto em obras lexicográficas contemporâneas: Houaiss (2001) e Ferreira (2004). Além dessas

obras, foram utilizados os dicionários etimológicos da Língua Portuguesa: Machado (1987) e Cunha (1986 [1982]).

Com base na consulta dos dicionários, este estudo identificou que a unidade lexical *carrinho de mão*, a mais mencionada entre os entrevistados da região Centro-Oeste, ainda não está dicionarizada nas obras voltadas para o léxico geral da língua portuguesa. Uma busca com auxílio da ferramenta “Google” contabilizou 4.820.00 registros da unidade lexical “carrinho de mão”, indicando que, embora ainda não esteja dicionarizada, já é de uso corrente no português do Brasil, sobretudo para nomear o equipamento feito de ferro, conforme evidenciaram os informantes de Mato Grosso (Poxoréo) e de Goiás (Porangatu, Catalão e Quirinópolis), ao mencionarem a variante *carrinho de ferro* para nomear o aparato em causa. É possível que essa escolha lexical seja motivada pelo próprio processo de urbanização, em que o uso de carrinhos feitos de ferro ganhou espaço no ambiente urbano, sobretudo, em decorrência da expansão da construção civil em território nacional.

O mesmo pode-se deduzir do registro de *trole* que, de acordo com os dicionaristas consultados, além de inicialmente nomear um aparato comum nos recintos rurais, nomeia, também, o criado para atender, entre outras locais, as construções férreas. Segundo Ferreira (2004), o item lexical *trole* dá nome à “carruagem rústica que se usava nas fazendas e nas cidades do interior antes da introdução do automóvel”; Houaiss (2001), por sua vez, informa que essa unidade léxica é oriunda do inglês (trolley) e nomeia o “pequeno carro descoberto, ou plataforma sobre rodas, que desliza sobre os trilhos nas ferrovias, movido a força humana”. Já o Dicionário Informal (2009-2016) registra que *trole* nomeia o “carro mecânico composto por corpo de aço [...]. A estrutura pode ser de trilhos [...] ou caminhos de tubos redondos. Usado como sistema de deslocamento de cargas ao longo de trilhos em sistemas aéreos”.

Observa-se que, segundo Ferreira (2004), *trole* dá nome a um aparato mais rústico, usados nas situações campesinas, ao passo que, para Houaiss (2001) e para o Dicionário informal (2009-2016), essa unidade lexical nomeia um aparato mais mecanizado utilizados em outros contextos não necessariamente campesinos. Nota-se que os dicionários conservam o sentido

desse veículo utilizado para transporte de cargas, seja ele de uso em fazendas, em ferrovias ou em sistemas aéreos. Cabe destacar que, além das unidades lexicais já examinadas, este estudo também catalogou *carrinho*, *carriola* e *carroça/carrocinha*.

De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de Machado (1987), a unidade lexical *carrinho* deriva do “s. De *carro*. Antr. Séc. XV [...]”. Assim, o uso dessa variante pode ser entendido como diminutivo de *carro* (*carro* + *-inho*). Ao ser considerado o sentido registrado nas obras lexicográficas dos séculos XVIII e XIX, nota-se que Bluteau (1712-1728) define esse item lexical como “carro pequeno que pode carregar diversas coisas usadas no campo” e Morais (1813) como “s. m. dim. de Carro. Alguns há de uma só roda, com dois braços, de carregar terra [...]”.

Contemporaneamente Houaiss (2001), dentre outras acepções, define-o como “viatura ligeira, de duas rodas, puxada por um cavalo” e “carro para transportar crianças pequenas” e Ferreira (2004) como “carro metálico que é us. no transporte de bagagens, em aeroportos, estações ferroviárias, etc., e em lojas ou armazéns de auto-serviço, para o transporte de compras”.

Nota-se, pois, que pelas definições apresentadas pelos lexicógrafos que a unidade lexical *carrinho* está nomeando o mesmo referente com funcionalidades distintas. A forma *carrinho* nos dicionários antigos está definida como objeto utilizado nas atividades do campo, enquanto nas contemporâneas como nome de um tipo de carro utilizado em outros contextos fora do contexto campesino.

De acordo com Cunha (1986 [1982]), a unidade lexical *carriola* também agrega sentido de diminutivo de *carro*, definida como “sf. ant. coche XVII; Carro ordinário, pequeno, de duas rodas. Do it. *carriola*”. Os dicionários contemporâneos, Houaiss (2001) e Ferreira (2004), confirmam o sentido de “carro de duas rodas, pequeno e ordinário”. Houaiss (2001), no entanto, acrescenta na definição: “it, *carriola* espécie de carreta com tração manual”. Logo, o objeto nomeado não é puxado por animais, uma vez que para seu manuseio é necessária tração manual. É possível que do ponto de vista linguístico essa unidade lexical de origem italiana tenha se fixado no português

brasileiro em virtude do processo de imigração italiana ocorrido, mais fortemente no século XIX, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e, posteriormente, em consequência das migrações internas, tenha se espalhado pelas demais regiões brasileiras, entre elas, o Centro-Oeste: em três cidades de Goiás (Catalão, Jataí e Quirinópolis); em quatro de Mato Grosso do Sul (Coxim, Paranaíba, Campo Grande e Ponta Porã) e em cinco de Mato Grosso (Poxoréu, Vila Bela da Santíssima Trindade, Barra do Garças, Cáceres e Alto Araguaia). Nessas localidades da Região Centro-Oeste a equipe do Projeto ALiB documentou o uso do item lexical *carriola* como designativo para “um veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos”.

Outra unidade lexical de herança italiana é *carroça/carrocinha*, provavelmente transmitida pelos camponeses. Cunha (1986 [1982]) define essa variante como “*sf.* ant. coche XVII; carro grosseiro para transporte de cargas □ Do fr. *carrose*, deriv. Do it. *Carròza*”. Essa definição também é contemplada por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004) que apresentam os seguintes semas para a unidade lexical *carroça*: “carro grosseiro”; “puxado por animais”; “ordinariamente de tração animal”; “feito de madeira” e “para transportar cargas”. Já as obras mais antigas não apresentam semas indicando se tratar de um veículo puxado por animais, definindo esse item léxico apenas como “carro comprido, com grades elevadas” (BLUTEAU, 1712-1728; MORAES, 1813). Assim como *carriola* foi definida como diminutivo de *carro*, Houaiss (2001) informa que a unidade léxica *carroça* é “dim. irreg.: *carrocim*”, sendo “pequena carroça”, e a etimologia “*carroça* + *-im*, prov. por infl. do it. *carrozzino* 'id.'”.

De acordo com as obras lexicográficas consultadas, os itens léxicos *carroça* ou *carrocinha* nomeiam o transporte grosseiro de cargas, que pode ser “ordinariamente de tração animal” (FERREIRA, 2004) ou sem tração animal, conforme informaram os entrevistados do Projeto ALiB (Goiânia/GO, São Félix do Araguaia/MT e Barra do Garça/MT) e os dicionários de fases pretéritas da Língua Portuguesa (BLUTEAU, 1712-1728; MORAES, 1813), à medida que não contemplam nas definições a necessidade do uso de animais para puxar esse veículo rústico de pequenas cargas.

Enfim, os registros das unidades léxicas *carrinho*, *carriola* e *carroça/carrocinha* denunciam elementos da vida rural na fala dos entrevistados, já que, na contemporaneidade, se trata de um veículo usado em situações mais campesinas.

## Considerações finais

As discussões aqui apresentadas acerca da formação sociocultural da língua portuguesa propiciam uma reflexão sobre a forma de entender os espaços rural e urbano que, por extensão, proporcionaram uma reflexão acerca da natureza do vocabulário rural e urbano. Não é possível analisar as variantes ligadas ao universo rural e ao universo urbano por meio de uma visão *dicotômica* tradicional, em que o falar rural é visto como o velho e atrasado e o falar urbano como o novo e o moderno, mas sim considerar que tanto o falar rural quanto o urbano enriquecem o acervo vocabular de uma dada língua.

Os dados obtidos como resposta para a pergunta QSL/52/ALiB, aqui analisados, apontaram para a presença de unidades léxicas oriundas do italiano, como *carriola* e *carroça*, que provavelmente tenham sido introduzidos no português do Brasil em decorrência do contato da língua falada pelos camponeses italianos que se fixaram nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e, posteriormente, disseminada pelos movimentos migratórios, sobretudo de paulistas e de gaúchos, que contribuíram para o povoamento efetivo da região Centro-Oeste.

Já as unidades lexicais *carrinho*, *carro/carrinho de ferro*, *carro/carrinho de ferro* e *trole* são variantes utilizadas para nomear espécie de veículos para cargas pequenas que não, necessariamente, evidenciam marcas de ruralidade. No caso do item lexical *carrinho de mão*, embora ainda não esteja dicionarizado, é de uso corrente no português do Brasil, assim como o termo mais genérico *carrinho* ou *carrinho de ferro* para diferenciar daquele feito de madeira. É possível que, em virtude do processo de industrialização, alguns aparatos construídos de madeira tenham sido substituídos por objetos de ferro ou aço, sobretudo, com a expansão da construção civil em território nacional

como resultado do processo de povoamento. O item lexical *trole*, por sua vez, segundo Houaiss (2001) e Ferreira (2004), dá nome à carruagem rústica que se usava na zona rural e nas cidades do interior antes do uso do automóvel. No entanto, essa unidade lexical também dá nome aos veículos mais mecanizados utilizados em outros contextos não necessariamente campesinos.

Este estudo confirmou, enfim, que o acervo lexical de uma língua pode sofrer alterações, dependendo da história da região, de fluxos migratórios e das condições sociais do falante, como ficou evidenciado na amostra do léxico dos habitantes do Brasil Central, aqui estudado que, por sua vez, ainda é bastante marcado por traços de ruralidade, em virtude das próprias características econômicas da região Centro-Oeste.

## Referências Bibliográficas

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Est. Bibliogr. Por Affonso Taunay; notas de Fernando Sales. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1982 [1711]. (Reconquista do Brasil; nova série; v. 70).

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (Acervos on-line). Disponível no site <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 03 de mar de 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola, e agora?** sociolinguística & educação. 2ª. ed. São Paulo: Parábola, 2005. (Língua[gem]; 11).

CASTILHO, Ataliba. Variação linguística, norma culta e ensino da língua materna. In. São Paulo (Estado) - Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para 1º e 2º grau**: coletânea de texto. São Paulo: SE/CENP, 1988, p. 53-59.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. **Gramática Histórica**. São Paulo: Ática, 1970.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil**: Questionário 2001. Londrina: EDUEL, 2001.

CUNHA, Celso. O português e sua origem rural. *In*: \_\_\_\_\_. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977, p. 67-85.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007 [1982].

ELIA, Sílvio. **A Língua Portuguesa no mundo**. São Paulo: Ed. Ática, 1989. (Série Princípios)

HOUAISS, Antonio. **O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HAUY, Amini Boainain. **História da Língua Portuguesa I - Séculos XII, XIII e XIV**. São Paulo: Ática, 1994.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. *In*: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da norma**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 63-92.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

MORAES SILVA, Antônio de. **Diccionario da Lingua Portuegeza**. Lisboa: Tipographia Lacerdina, Tomos I e II, 1813. (Acervo on-line). Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2> > Acesso em: cesso em 03 de mar de 2015.

MARINS, Luciene Gomes Freitas. **O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil**. 2012. 320 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Área de Concentração: Linguística, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

PAULA, Maria Helena de. **Rastro de velhos falares – léxico e cultura no vernáculo catalano**. 2007. 521f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Federal Júlio de Mesquita Filho. Araraquara. 2007.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1970 (Coleção Documentos Brasileiros).